

Estado e partidos na primeira república dos EUA. Comentários ao texto de Edward Baptist

National State and Political Parties during the First American Republic (U.S.). Notes on Edward Baptist's paper

Vitor Izecksohn

Professor no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ – Rio de Janeiro/Brasil)
e-mail: vizecksohn@gmail.com

Resumo

Este trabalho comenta o texto "A Segunda Escravidão e a Primeira República Americana", de autoria de Edward E. Baptist. Destaco os principais elementos do texto, especialmente os conceitos de Segunda Escravidão e de Primeira República. Concentro meus comentários no Segundo Sistema Partidário e nas diferentes interpretações sobre o papel do Estado nacional durante o período que antecedeu a eclosão da Guerra Civil Norte-Americana.

Abstract

This work comments on Edward Baptist's "The Second Slavery and the First American Republic." In it, I emphasize the text's main elements, the concepts of Second Slavery, and the concept of First Republic. My comments focus on the Second Party System and distinct interpretations concerning the role of the Federal State during the period that preceded the American Civil War.

Palavras-chave

Estado Nacional, partidos políticos, Segunda Escravidão, fronteira, seccionalismo

Keywords

National State, political parties, Second Slavery, frontier, sectionalism

Introdução

Ao longo das oito primeiras décadas como nação independente, a fronteira sudoeste dos EUA constituiu o espaço da expansão escrava da república. O alargamento territorial, acelerado a partir de 1803, somado à intensificação do tráfico, converteu a maior parte do território originalmente concebido por Thomas Jefferson para a liberdade num império para a escravidão. Essa situação renovou e ampliou o poder dos estados escravistas, afetou a federalização da política norte-americana, interferiu no funcionamento do Congresso e elevou as demandas pelo alargamento territorial da nação a um patamar que repetidamente pôs em cheque a manutenção da integridade territorial dos EUA.¹

O expansionismo escravista combinou a produção de matérias-primas, essencial à produção têxtil, com uma postura agressiva das elites escravocratas. Estas pressionaram o governo federal a atender as demandas sulistas até o ponto em que divergências sobre a forma de trabalho a ser adotada nos territórios tomados ao México levassem à secessão e à guerra civil.² O texto de Edward Baptist discute a natureza dessa convivência, oferecendo uma interpretação original sobre o desenvolvimento econômico estadunidense no período. O ponto central deste paper refere-se à correlação entre expansionismo escravista e ação estatal. Para o autor, o Estado, representado pelas ações do governo federal, desempenhou um papel proativo como agente dos interesses escravistas, atuando no financiamento e na proteção das ações dos comerciantes ligados ao tráfico interno. Esse processo de renovação, tratado por Baptist na perspectiva da "Segunda Escravidão", constituiu um componente básico da vida social norte-americana durante a primeira metade do século XIX.³

Edward Baptist descreve a história do expansionismo escravista, enfatizando as inovações financeiras que favoreceram níveis acelerados de desenvolvimento agrícola. Trata-se também de uma narrativa sobre a evolução dos ritmos de trabalho e de produtividade das populações cativas na era da Revolução Industrial. O texto parte das memórias publicadas por Salomon Northup, um negro livre do Norte, sequestrado e vendido como se escravo fosse. A narrativa de Northup apresenta uma amostra extrema do conjunto de experiências daqueles escravos removidos à força das suas regiões de origem na costa sudeste dos EUA, sendo posteriormente transplantados para um ambiente desconhecido nas terras além do Mississipi. Desmente, dessa forma, a imagem de uma migração familiar, na qual os senhores moveriam seus plantéis completos, tal como enfatizada pelo credo "excepcionalista".⁴ Ao fazê-lo, Baptist ressalta a crueldade implícita na mercantilização e no transporte dos cativos. Esse "Oeste negro" em muito difere da terra prometida, alentada na descrição messiânica de uma "fronteira para liberdade", perspectiva construída, entre outros, por Frederick Jackson Turner. Pelo contrário, a região também constituiu ponto de encontro entre as demandas crescentes do mundo industrial e formas extremas de sofrimento humano.⁵

Neste comentário, concentrarei minha discussão na questão do Estado nacional norte-americano e no papel dos partidos, tal como os percebo para o período que o autor classifica como Primeira República (ca. 1780-1860).

Excepcionalidade americana

Os Estados Unidos e o Brasil são os dois países das Américas que obtiveram a independência mantendo o trabalho escravo. O cenário norte-americano

1

Sobre o papel do separatismo seccional na História ver DOYLE, Don H. *Nations divided: America, Italy and the Southern Question*. Athens: The University of Georgia Press, 2002.

2

A esse respeito ver POTTER, David M. *The impending crisis, 1848-1861*. Nova Iorque: Harper & Row, 1976; FREEHLING, William W. *The road to disunion*. Vol.II: Secessionists Triumphant, 1854-1861. Nova Iorque: Oxford University Press, 1990. DEW, Charles B. *Apostles of disunion: Southern secession commissioners and the causes of the Civil War*. Charlottessville: University Press of Virginia, 2001.

3

Para o desenvolvimento do conceito, ver TOMICH Dale W. *Through the prism of slavery: labor, capital and the world economy*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 2004. Para um histórico da trajetória do conceito ver o comentário de Rafael de Bivar Marquese neste número da revista.

4

A visão excepcionalista destaca a originalidade da trajetória histórica dos Estados Unidos. Para a trajetória do conceito ver LIPSET, Seymour Martin. *American exceptionalism: a double-edged sword*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1996.

5

TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na História Americana. In: KNAUSS, Paulo (Org.). *Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004. p.23-54.

apresenta diferenças importantes em relação à situação brasileira no que diz respeito à capacidade de manutenção da escravidão num contexto internacional adverso. Nos Estados Unidos, as incertezas decorrentes da longa guerra pela independência (1775-1781) produziram a impressão inicial de que a escravidão era uma instituição arcaica, condenada à extinção pelos esforços conjugados da expansão democrática e do capitalismo. A abolição paulatina nos estados do Norte, a emancipação das colônias inglesas no Caribe e a influência do Iluminismo no pensamento dos pais fundadores eram elementos que reforçavam essa percepção. Entretanto, um ciclo sustentável de expansão econômica e demográfica dos setores escravistas contrariou as previsões iniciais sobre a extinção gradual da escravidão. O crescimento natural da população cativa, subsidiado pelo aumento nas importações de africanos durante os últimos 20 anos de vigência do tráfico internacional (1788-1808), criou um excedente populacional nos Estados litorâneos do Sul. A revolta dos escravos em Santo Domingo e a subsequente criação de uma república negra facilitaram a aquisição do território da Louisiana (1803), confirmada pela vitória das tropas comandadas por Andrew Jackson nas guerras contra os ingleses e as tribos Creeks (1814). Com as terras do baixo Mississipi definitivamente asseguradas, vastos territórios abriram-se à colonização. Essas regiões se transformariam em gigantescos campos de trabalho intensivo.

O tráfico interno tirou proveito do crescimento natural (endógeno) da população escrava. Ira Berlin estima que esta passou de 697.897 em 1770 para 3.953.760 em 1860, um aumento de aproximadamente 467% em 90 anos.⁶ A população escrava norte-americana não apenas superou como também excedeu fortemente a taxa de crescimento das populações escravas em outras partes do continente, levando o Sul a uma posição proeminente como principal usuário do trabalho escravo no Novo Mundo. Simultaneamente a economia sulista se dinamizou, recebendo financiamentos que sustentaram um crescimento constante dos cultivos tradicionais como o açúcar, o tabaco, o índigo, o cânhamo e o arroz. Mas foi o avanço da cotonicultura que proporcionou o dinamismo dessa expansão por se tratar de *commodity* essencial ao desenvolvimento industrial da Europa e dos Estados do Norte, requerendo proteção econômica, defesa militar, infraestrutura e apoio público ao financiamento. Para a nova fronteira direcionou-se uma migração forçada que até 1860 movimentou cerca de um milhão de pessoas. Assegurada a reprodução física dos cativos, e a despeito das propostas recorrentes para a reabertura do tráfico internacional, o debate sobre o futuro da escravidão empreendeu trajetória diferente da brasileira, dado que a pressão internacional se concentrou na esfera filantrópica exercendo influência relativamente pequena nas discussões parlamentares e nas decisões presidenciais.

Segundo Baptist este movimento migratório "constituiu a força motriz da história norte-americana entre a Independência e a Guerra Civil". Trata-se de processo que tem afinidades com o tráfico inter-regional brasileiro descrito, entre outros, por Herbert Klein, Robert Conrad e Robert Slenes.⁷ Contudo, as implicações para a política interna dos EUA são bem mais dramáticas, visto que a exportação de escravos por estados como a Virginia e a Carolina do Sul não diminuiu a importância dessas mesmas unidades no contexto econômico da federação, ao contrário do que se passou com as províncias do "Norte brasileiro" após a proibição do tráfico internacional. Além disso, a dinâmica da representação parlamen-

6

BERLIN, Ira. *Slaves without masters: the free negro in the Antebellum South*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1979. p.225-257

7

KLEIN, Herbert. *The middle passage: comparative studies in the Atlantic slave trade*. Princeton: Princeton University Press, 1978. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. SLENES, Robert. *The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: regional economics, slave experience, and politics of a peculiar market*. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The chattel principle: internal slave trades in the Americas*. London: Yale University Press, 2004. p.325-370.

8

STOWE, Harriet Beecher. *A cabana do Pai Tomás*. Rio de Janeiro: TecnoPrint, 1966.

tar mantinha os congressistas dessas regiões mais fortemente ligados aos interesses dos seus estados de origem, com diminutas possibilidades de cooptação pela presidência. O Sul apresentava forte diferenciação regional, mas a defesa da escravidão proporcionava o elo comum entre as lideranças escravocratas dos diversos estados daquela parte da federação. Esse elo era reforçado pela cláusula constitucional de que três quintos dos escravos deveriam ser contados, para critério de representação, como um homem livre. O expansionismo escravista no interior da União estaria no centro da crise federativa que rompeu os acordos de convivência na década de 1850, levando a uma guerra entre as duas regiões. Não por acaso, a principal denúncia sobre os males da escravidão, o romance *A Cabana do Pai Tomás* (1852), tem como pano de fundo a desestruturação familiar causada pelo tráfico interno.⁸

Financiando a expansão e o tráfico

O texto analisa as diferentes modalidades de financiamento e a influência do poder escravista sobre os governos da república. O autor demonstra como o desenvolvimento econômico proporcionado pela Segunda Escravidão reforçou a conexão entre as elites dos estados do Norte e do Sul. Nega, dessa forma, o estatuto da escravidão como "instituição peculiar", dada sua circunscrição a uma parte do território, faceta que oporia um Norte livre a um Sul escravo na forma consagrada pelo pensamento *free-soiler* dos anos 1840-50. Pelo contrário, segundo Baptist, a escravidão dominou a política nacional, colonizando as principais instituições do Estado e direcionando suas ações para atividades que impulsionavam o avanço da empresa escravista. Ela integraria os interesses econômicos das principais regiões e, simultaneamente, promoveria uma nova disciplina de trabalho, baseada num sistema de cotas fundamentado numa tecnologia de tortura cujo objetivo era extrair uma produtividade cada vez maior dos escravos. Alguns escravos rotulavam esse sistema como "uma máquina de chicotear", referência que associa os castigos físicos a um ritmo de trabalho cada vez mais intenso e padronizado. A produtividade escrava, tal como destacada pelo trabalho pioneiro de Fogel e Engerman era compatível com o avanço do capitalismo em escala nacional, fornecendo as principais matérias primas para a industrialização do Norte livre. Mercadorias que também figuravam com destaque na pauta de exportações da nação. O texto de Baptist confirma essas conclusões, expandindo suas consequências para os domínios do comportamento político do Estado.⁹

9

FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley. *Time on the Cross: the economics of American Negro Slavery*. Nove Iorque: W. W. Norton Company, 1974.

A discussão envolve três atores principais: as modalidades de financiamento, a natureza da Segunda Escravidão norte-americana e o tipo de Estado nacional que existiu durante a Primeira República. O principal elemento refere-se à estrutura de financiamento, a qual Baptist devota uma boa parte do texto. Trata-se do elemento inovador da narrativa. Baptist sustenta que grande parte das análises sobre a primeira república foi realizada por historiadores que ignoraram o papel central da roleta financeira para a expansão dos interesses escravistas. Essa omissão teria raízes cronológicas, visto que muitos desses historiadores chegaram à maturidade no período de vigência do *New Deal*, quando a regulamentação da economia e o controle do Estado nacional sobre as altas finanças limitaram a especulação financeira, disseminando uma sensação de segurança que obliterou referências mais intensas ao papel do capital especulativo. Tal omissão teria sido mantida pelas gerações de historiadores sociais formadas após a mudança de paradigma

10

No jargão historiográfico norte-americano, "história social" é um termo de amplo espectro, que remete à história vista do chão ou "from the bottom up", incorporando também questões de gênero e sexualidade ausentes em abordagens mais tradicionais dos chamados "grandes temas".

econômico, a partir do final dos anos de 1970, que igualmente minimizaram o papel da especulação financeira no movimento da economia.¹⁰

A desregulamentação constituiria característica central de três dos quatro ciclos de financiamento descritos no texto, favorecendo a aquisição de terras e a sofisticação das modalidades de transporte de escravos. Beneficiou também uma tendência entre os empreendedores escravistas a quebrar regras. A securitização dessa atividade, as modalidades de socialização das perdas e o apoio legal aos contratos firmados se impuseram sobre a estrutura democrática através de decisões da Suprema Corte que assegurariam a prevalência dos contratos firmados sobre decisões populares. O governo federal se tornava cada vez menos dependente do consentimento dos governados. Mesmo na vigência do Segundo Banco dos Estados Unidos, durante o segundo ciclo, a regulamentação teria sido funcional aos interesses escravistas. Crises periódicas encontravam saídas criativas, um processo que se repetiu ao longo do período entre 1804 e 1846 enquanto a aquisição de novas terras forneceu uma garantia sólida para o endividamento dos fazendeiros junto tanto aos grupos econômicos do Norte quanto aos financistas ingleses.

Consenso e dissenso na política seccional

A discussão sobre a complementaridade de interesses regionais é instigante. Mas, por vezes, ignora conjunturas nas quais os alinhamentos políticos do Norte foram antagônicos aos interesses escravistas. Ressalte-se que o autor dedica menos atenção ao período posterior a 1850, quando o consenso entre as regiões deteriorou-se rapidamente, enfatizando as aproximações realizadas na década de 1830 sob os auspícios da presidência de Andrew Jackson e de outros condestáveis do partido Democrata. A oscilação desse alinhamento constitui uma das particularidades do período que se iniciou após a anexação dos territórios mexicanos e o debate sobre a emenda Wilmot (1846) que proibia a escravidão nesses mesmos territórios. É fato que os nortistas encontravam-se mais divididos que os sulistas em relação a vários aspectos da política nacional. Essa indecisão afetava o posicionamento das elites da região face ao papel do governo federal. Entretanto, é preciso lembrar que a defesa de tarifas protecionistas frequentemente alinhava interesses industriais do Norte contra as posições sulistas, mesmo antes que o Compromisso de 1850 e a eclosão de uma guerra civil no território do Kansas-Nebraska (1854) opusessem definitivamente as duas regiões. Um posicionamento claramente antagônico foi possível a partir de um realinhamento antiescravista que se cristalizou através da criação do Partido Republicano (1854). Mas, mesmo antes que essa ruptura acontecesse, não foram exatamente raros os confrontos. Exemplos precoces desse antagonismo são encontrados na oposição Federalista à Guerra de 1812, na persistência de muitos Whigs (importante agremiação durante o segundo sistema partidário) na defesa da realização de obras públicas (durante as décadas de 1830 e 1840) e na oposição de amplos setores yankees à cláusula constitucional sobre a obrigação dos estados livres de devolver escravos fugitivos.¹¹ Essas divergências ficaram expostas na crise da admissão do estado do Missouri (1820) e na ameaça de secessão da Carolina do Sul (1832). Todos esses fatores demonstram que o alinhamento proposto por Baptist não era consensual, a despeito da união de setores financeiros e industriais do Norte aos escravagistas do Sul ter sido frequente.

11

HOLT, Michael F. *The rise and fall of the American Whig Party: Jacksonian Politics and the onset of the Civil War*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1999.

É preciso lembrar também que o protecionismo era especialmente forte na região da Nova Inglaterra, apesar de setores da mesma região participarem do financiamento do trabalho escravo no Sul e do transporte de escravos. Cabe aqui uma reflexão sobre a natureza das elites e das relações destas com suas bases políticas, um processo pouco enfatizado na narrativa. A elite da Nova Inglaterra era formada em grande parte por comerciantes que estabeleceram a principal oposição ao embargo decretado por Thomas Jefferson contra a Inglaterra (1808), constituindo, dessa forma, grupo particularmente hostil à política anglofóbica (de inspiração sulista) executada durante os dois primeiros decênios do século XIX. Aqui é necessário considerar que a natureza do trabalho (escravo ou livre) gera diferentes tipos de elites, consolidando processos decisórios, apelos à opinião pública e etiquetas de conduta distintas, segundo a aliança que exerce o poder. Mesmo que os líderes da Nova Inglaterra pretendessem um distanciamento em relação às demandas abolicionistas, era quase impossível desprezá-las, dado o peso da religião na opinião pública daquela região. Assim, a influência de setores do Sul sobre a política nacional não se fez sem que sérios questionamentos fossem colocados à natureza da organização econômica escravista. Denúncias, que provinham da imprensa e do púlpito, causavam grande contrariedade aos sulistas. Afinal, o separatismo foi uma ameaça permanente pelo menos desde 1820, mesmo que ele funcionasse prioritariamente como uma maneira de pressionar os líderes do Norte a aquiescer às demandas sulistas.¹² A recorrência da ameaça separatista caracterizaria uma insegurança sulista quanto ao domínio do Estado?

12

Durante a década de 1830 representantes sulistas aprovaram a chamada "Lei da Mordça". A lei constituía, na verdade, em uma série de procedimentos que impediam a leitura pública ou aceitação de petições abolicionistas em ambas as casas do Congresso.

Sobre os partidos

O autor sustenta que o advento do Segundo Sistema Partidário, com a ampliação da franquia eleitoral entre os homens brancos, subordinou-se aos interesses econômicos sulistas e de seus aliados ao Norte, ambos interessados em ampliar o escopo das atividades ligadas à escravidão. Minimiza, dessa forma, o papel dos partidos políticos formados a partir da presidência de Andrew Jackson (Democratas e Whigs). O segundo sistema partidário, estabelecido na década de 1830, tinha como características principais um agressivo clientelismo político e um padrão de competição partidária que excluía a escravidão do debate dos problemas nacionais. O clientelismo retardava o processo de construção do Estado na medida em que impedia a edificação de burocracias estáveis insuladas. Por outro lado, o advento do Segundo Sistema Partidário transformou os partidos em organizações com o poder de controlar temporariamente a administração federal, principalmente através da designação de funcionários públicos. Como intérpretes das demandas políticas locais, esses partidos encontravam-se habilitados para monopolizar muitas das tarefas que seriam normalmente exercidas por organizações burocráticas em outros países.¹³ Democratas e Whigs mobilizaram o eleitorado norte-americano em todos os níveis da administração pública, usando o sistema de espólios dos cargos públicos para motivar seus quadros. O clientelismo possibilitava a sustentação das posições sulistas, mesmo num contexto de crescente desnível em relação ao desenvolvimento do Norte. A assimetria não foi suficiente para colocar o Sul numa posição subalterna no contexto da nação. Portanto, o sistema partidário constituiu alicerce importante para a influência sulista sobre o Estado. Dessa forma, o Sul escravista simultaneamente controlou o Estado americano e tornou-se o mais sério adversário da sua expansão nos anos que antecederam a Guerra. O controle dessas posições seria beneficiado pela

13

BENSEL, Richard Franklin. *The American Ballot Box in the Mid-Nineteenth Century*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2004.

Críticas anteriores: ASHWORTH, John. *Slavery, capitalism and politics in the Antebellum Republic: Commerce and Compromise, 1820-1850*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995, vol.1. HOWE, Daniel Walker. *What hath God wrought: the transformation of America, 1815-1848*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009. HARRIS, J. William. *The making of the American South: a short history, 1500-1877*. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p.97-183.

ideologia política professada pelo Partido Democrata, que propunha um forte compromisso ao igualitarismo entre os brancos enquanto ignorava a existência da escravidão na esfera pública (e nisso estamos de acordo também).

O ceticismo de Baptist em relação ao sistema partidário encontra eco em críticas recentes à visão idílica da chamada Democracia Jacksoniana.¹⁴ A despeito dessas reservas, que dizem respeito às virtudes democráticas do sistema, entendo que os partidos constituíram os principais canais de contato entre as demandas locais e os debates nacionais, capilarizando a ação do governo federal. Portanto, o sistema político, apesar dos vícios de origem, forneceu a base para a emergência de correntes favoráveis ao solo livre e para a restrição da escravidão. Na década de 1850, a pressão da opinião pública possibilitou a eleição de um número significativo de deputados e senadores que se opunham à expansão escravista. Esse padrão heterodoxo de desenvolvimento institucional permitiu o questionamento da subordinação do plano político aos interesses financeiros, tal como exposto no texto. Não é coincidência que as chamadas "slave narratives", como a de Northup, tenham encontrado acolhida editorial nos estados do Norte, nos quais esse mesmo tipo de denúncia obteve crescente atenção do público. Se a política constituiu o locus da crítica ao "slave power", permitindo que posições antiescravistas se alinhassem na formação de agremiações regionais, ela também constituiu o canal através do qual os líderes sulistas contrabalançaram as inferioridades estruturais da sua região. Mas foi a luta pelo controle do Estado nacional que galvanizou as energias em conflito para posições irreconciliáveis.

Sobre o desenvolvimento do Estado nacional nos EUA

O pesquisador estrangeiro que se aventura na história dos Estados Unidos enfrenta problemas de orientação, pois é difícil pensar a construção do Estado norte-americano a partir de parâmetros comuns a outras trajetórias. O Estado federal norte-americano durante o período em pauta era tão descentralizado, tão permeável à influência da sociedade, que alguns pensadores europeus como Alex de Tocqueville e Georg Hegel nem mesmo o consideravam um Estado na acepção do termo. A forma através da qual o Estado se materializou ao longo do século XIX nem sempre foi evidente, ainda que funções estatais tenham sido cumpridas por um grupo heterogêneo de instituições.

Edward Baptist argumenta que o Estado nacional, representado pelas ações do governo federal, era mais consistente do que supõem os partidários da corrente do *American Development*.¹⁵ A defesa dos interesses escravistas e, sobretudo a idealização de mecanismos de mercado que agilizava a expansão da escravidão para o Oeste, estão na base da crítica feita aos trabalhos de Stephen Skowronek e Richard Bense, entre outros expoentes daquela corrente sociológica. A concepção de um Estado de "partidos e cortes" é um elemento central do *American Development*. Segundo esta perspectiva de análise, a estrutura descentralizada do Estado Federal no período pré-guerra se caracterizaria pela ausência de uma burocracia especializada nos moldes daquelas existentes na França e na Prússia. A despeito do caráter descentralizado do sistema político, a ação estatal foi efetiva na remoção dos índios, na navegação dos rios, na criação de um mercado nacional, na coleta de direitos de alfândega, na expansão do crédito público, na realização de censos e na proteção dos contratos. De acordo com Stephen Skowronek, os norte-americanos desenvolveram e mantiveram um estado, abarcando a organização do poder coercitivo e um senso de rotinas estáveis entre as instituições, ainda que carecessem de

Essa corrente apresenta, para a História dos EUA, posições semelhantes àquelas discutidas pela Sociologia Histórica no que toca aos estudos dos processos de construção do Estado nacional nos países europeus. Guardadas as devidas especificidades, a Sociologia Histórica discute as diferentes modalidades de construção do Estado nacional, enfatizando a interface entre ideias e instituições. Para uma síntese dessas discussões, MORONE, James A. *The democratic wish: popular participation and the limits of American Government*. New Haven: Yale University Press, 1998. p.15-23.

16

SKOWRONEK, Stephen. *Building a new American state: the expansion of national administrative capacities, 1877-1920*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1993.

17

SCOTT, James C. *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.

18

WILSON, Mark R. *The business of Civil War: military mobilization and the State, 1861-1865*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

uma burocracia profissionalizada de porte. Na perspectiva acima esboçada o Estado nacional forneceria a estrutura essencial para o desenvolvimento comercial da nação. Entre as rotinas, que tiveram penetração efetiva nos estados, destacam-se os serviços de agrimensura e colonização, essenciais aos interesses agroexportadores do Sul, e cuja relevância não foi significativamente ressaltada nos trabalhos dos *American developmentalist*s.¹⁶

O Estado nacional era importante, sobretudo, no que diz respeito a um aspecto relevante da política norte-americana destacado por Baptist, a expansão territorial. Da perspectiva sulista, pouco importava que a política expansionista requeresse a presença de um Estado nacional forte o suficiente para fazer a guerra contra as tribos indígenas e, futuramente, contra os mexicanos. A despeito da defesa de um localismo exacerbado, mais conhecido pela justificação da autonomia dos estados (*states's rights*), a intervenção estatal/federal era bem recebida pelos sulistas desde que incorporasse territórios nos quais a escravidão fosse viável.

No sentido acima descrito, a ideia de um Estado de Partidos e Cortes não necessariamente se opõe ao reforço da capacidade estatal, isto é, ao poder do Estado de conceber e executar políticas que favoreceram os interesses sulistas. A ideia de um estado desprovido de burocracia profissional de vulto, dependente da colaboração de notáveis locais não invalida a fórmula do Early American State, tal como destacado por Stephen Skowronek. Ao contrário, ela indica que o tamanho reduzido não impedia os membros do governo da capacidade de "ver como um Estado", na famosa definição de James Scott.¹⁷ Em "*The Business of Civil War*" Mark Wilson demonstrou como o pequeno setor de compras "*procurement system*" foi capaz de dotar o acanhado exército profissional de uma estrutura organizacional avançada, posteriormente ampliada no contexto da Guerra Civil.¹⁸ Dessa forma, a despeito das reduzidas dimensões do corpo de funcionários, faz sentido pensar que estruturas do Estado exerciam sua capacidade através da junção de pequenas ilhas burocráticas com grandes organizações nacionais partidárias. Essas estruturas eram essenciais para a realização de censos, para os trabalhos de agrimensura, para a mobilização militar da população e para decisões judiciais. O Estado possuía algumas instituições fundamentais para o apoio da expansão escrava e aqui as organizações citadas por Baptist, Secretaria de Assuntos Indígenas, os correios, o judiciário e o exército nacional enquadram-se na perspectiva de um Estado que dependia do concurso de responsáveis locais para estabelecer as condições necessárias à defesa de uma estrutura escravista. Não nos esqueçamos do papel da Guarda Nacional como agente mobilizador da capacidade militar. Guarda que era organizada e controlada pelos governadores dos estados, de maneira diletante, fornecendo os contingentes que engrossavam o exército nacional quando este era acionado. Por fim, as pequenas dimensões do Estado e sua permeabilidade aos interesses estaduais não conflitariam com a formulação de políticas econômicas que favoreceram a expansão escravista, uma vez que a desregulamentação econômica foi a principal estratégia dos grupos interessados em quebrar regras.

Segundo Baptist a natureza desse Estado era escravista, na medida em que defendia prioritariamente os interesses expansionistas do Sul. Essa afirmação embute um elemento de intencionalidade que traz de volta o debate marxista sobre o domínio da infraestrutura sobre a superestrutura e a ideia do Estado como "comitê executivo da classe dominante". Entendo que para os contemporâneos, especialmente, as lideranças abolicionistas no pós 1840,

19

Congressional Globe, v.36, n.2, p.102, 17 de dezembro de 1869.

20

Nesse sentido, vejo a instrumentalização do governo federal pelos líderes sulistas numa perspectiva próxima àquela descrita no trabalho de ASHWORTH, John. *Slavery, capitalism and politics in the Antebellum Republic...*, Op. Cit., Vol 2.

21

RUESCHMEYER, Dietrich; EVANS, Peter B.; SKOCPOL, Theda. *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Trata-se da obra coletiva que consolidou um movimento "estadocêntrico" nas ciências sociais.

Recebido para publicação em fevereiro de 2013
Aprovado em março de 2013

as ações sulistas fundamentariam a afirmação de Frederick Douglas, o mais importante dos líderes abolicionistas negros, segundo o qual "a escravidão constituía um poder maior que o Estado". Mas o próprio Douglas parece ter subestimado a extensão desse poder, dado seu ceticismo em relação ao sistema político nos anos que precederam a eclosão da Guerra Civil. Tal ceticismo, comum a várias lideranças abolicionistas, acabou sendo desmentido pelos fatos que apontam para uma situação institucional muito mais complexa do que aquela percebida pelos contemporâneos. Pode-se discutir a natureza da política do Partido Republicano em relação à população afro-descendente. Mas não é possível questionar o impacto que a possibilidade de vitória presidencial desse partido exerceu sobre a imaginação escravocrata. Como advertiu o senador da Georgia, Alfred Iverson, pouco depois da eleição de Lincoln, "the Power of the Federal Government could be so exercised against the institution of slavery in the southern States, as that, without an overt act, the institution would not last ten years".¹⁹

Tenho dúvidas sobre a identidade entre classe dominante e classe dirigente ressaltada no texto, pois percebo o Estado da Primeira República norte-americana como uma composição cuja soberania era dependente do consentimento dos estados, configurando um equilíbrio sempre precário dada sua permeabilidade aos interesses regionais em crescente conflito. A política sulista buscava a proteção do governo federal para seus direitos minoritários na política nacional. Em outras palavras, eles estavam lutando para incrementar e manter a sanção extraterritorial das suas leis estaduais. Isso significava fazer com que os códigos escravistas do Sul fossem implementados e cumpridos pelo governo federal, agindo em favor dos interesses desses estados em outras áreas da União. O domínio do Estado federal justificava-se nessas condições. Mas as lideranças sulistas não possuíam capacidade suficiente para impor seus interesses a todo o território, especialmente aos novos estados que surgiam no Oeste, que se constituíram no cerne das divergências entre as lideranças do Norte e as do Sul. A luta subsequente pelo controle do Estado federal expôs o temor sulista de que seu domínio por um grupo político hostil solapasse a estrutura escravista. Ameaçados pela crescente assimetria entre as regiões, os fazendeiros escravagistas do Sul, que controlavam o Estado federal norte-americano nos anos prévios à Guerra Civil, tornaram-se seus mais severos oponentes à medida que decrescia sua influência. Essa oposição cada vez mais sistemática dissolveu o alinhamento político, porque a defesa bem sucedida dos interesses da *plantation* apontava para regras e práticas que apoiaram a expansão para o Oeste de forma desregulamentada, tolhendo o desenvolvimento autônomo do poder público, essencial ao desenvolvimento comercial e industrial do Norte. O que mudou, portanto foi a natureza do Estado, cuja complexidade não mais podia ser assimilada pela prática política sulista.²⁰

A despeito das discordâncias expostas neste "comentário", concordo com o autor sobre a influência desproporcional do Sul sobre os destinos da nação americana durante a primeira metade do século dezenove, ainda que veja a mesma como uma estratégia defensiva frente a uma economia Nortista cujos padrões de crescimento encontravam-se muito à frente daquilo que o Sul poderia alcançar. Saúdo a pesquisa detalhada e o esforço empreendido por Baptist como contribuições importantes para "trazer o Estado de volta" ao campo dos estudos históricos sobre a escravidão nos Estados Unidos e aguardo o lançamento do livro, de cuja pesquisa tivemos uma breve amostra neste debate.²¹